

RESENHA DO RESUMO ESTENDIDO INTITULADO “AS CARACTERÍSTICAS E O DESDOBRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL: APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO”.¹

REVIEW OF THE EXTENDED SUMMARY” THE CHARACTERISTICS AND DEVELOPMENT OF THE POLICE SURVEY: APPLICABILITY OF FUNDAMENTAL RIGHTS OF WIDE DEFENSE AND CONTRADITORY.

Deyvisson Silva Anísio ²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9451442772207394>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3771-8329>

E-mail: deyvissoncbmdf@hotmail.com

Resenha da obra:

SILVA, Paulo Ricardo Pereira da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. AS CARACTERÍSTICAS E O DESDOBRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL: APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**. Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Resumo.

Esta é uma resenha do resumo estendido intitulado “As Características e o Desdobramento do Inquérito Policial: Aplicabilidade dos Direitos Fundamentais de Ampla Defesa e do Contraditório”. Este resumo é de autoria de Paulo Ricardo Pereira da Silva e Jonas Rodrigo Gonçalves. O trabalho aqui resenhado foi publicado nos Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Características e desdobramento. Aplicabilidade.

Abstract.

This is a review of the extended summary entitled “The Characteristics and Development of the Police Inquiry: Applicability of Fundamental Rights of Comprehensive Defense and Adversary”. This summary was written by Paulo Ricardo Pereira da Silva and Jonas Rodrigo Gonçalves. The summary reviewed here was published on Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

Keywords: *Police Inquiry. Features and deployment. Applicability.*

Resenha.

Esta é uma resenha do resumo estendido intitulado “As Características e o Desdobramento do Inquérito Policial: Aplicabilidade dos Direitos Fundamentais de Ampla Defesa e do Contraditório”. Este trabalho é de autoria de Paulo Ricardo Pereira da Silva e Jonas Rodrigo Gonçalves. O resumo aqui resenhado foi publicado nos Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Antes de começar a análise dos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, não é ocioso conhecer o currículo de cada autor que participou da elaboração do resumo aqui apresentado, pois a formação ou a experiência de um autor contribui significativamente para a reflexão temática do tema proposto.

Paulo Ricardo Pereira da Silva é discente do curso de Direito pela Faculdade Processus, Campus Asa Sul - Brasília. Jonas Rodrigo Gonçalves é um renomado professor universitário, com experiência nas áreas de Ciência Política, Letras, Filosofia, Psicologia e Sociologia, e autor de 61 livros didáticos. É Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euroamericano e Especialista em múltiplas áreas, dentre elas, Letras (Revisão de Texto) pela Universidade Gama Filho/RJ, Didática do Ensino Superior em EAD e em Docência na Educação Superior pela Fapes/GO e Formação em Educação a Distância pela Unip/DF (2018). Atualmente, é Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília.

Após os breves apontamentos sobre os autores, é preciso esclarecer que nesta resenha serão apresentados os principais aspectos teóricos e metodológicos de pesquisa abordados pelos autores ao longo do trabalho para despertar o interesse do leitor da resenha durante a leitura da obra completa.

Nesse sentido, quanto ao formato, o resumo estendido é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, resultados e discussões, considerações finais e referências. No resumo deste trabalho consta, brevemente, o tema, o problema, a hipótese, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa para o estudo e a metodologia que serão desenvolvidos.

O tema do trabalho aqui analisado são as características e o desdobramento do Inquérito Policial, principalmente na observância efetiva dos Direitos Fundamentais de Contraditório e de Ampla Defesa. O problema de pesquisa proposto foi: como ter efetividade nas ações de investigação policial em observância ao contraditório e ao amplo direito de defesa. Partiu da hipótese de que para atuar em consonância com os direitos fundamentais é preciso conduzir o inquérito policial sistematicamente, respeitando as relações institucionais que garantem a ampla defesa do investigado.

Neste resumo, o objetivo geral é realizar uma análise sistemática sobre as complexas interações entre os Direitos de Contraditório e Ampla Defesa dentro do

Inquérito Policial. Os objetivos específicos são: (i) a conceituação de Inquérito Policial; (ii) desenvolver um estudo sobre o contraditório e a ampla defesa; e (iii) discorrer sobre o Princípio da Presunção de Inocência.

Nesse sentido, a pesquisa é justificada pela relevância do tema para a comunidade acadêmica para construir um inovador material bibliográfico e aprofundar o conhecimento das etapas investigativas que estruturam o inquérito policial respeitando o direito de contraditório e a ampla defesa do investigado.

A metodologia de construção da pesquisa utilizada no resumo aqui analisado foi a revisão bibliográfica que utilizou artigos, livros e sítios especializados para produzir um texto que facilite a compreensão do leitor não familiarizado com o tema por intermédio de uma linguagem objetiva e simples.

A introdução do resumo apresenta o tema de maneira geral. Explica, por exemplo, a importância da aplicabilidade dos direitos fundamentais do contraditório e de ampla defesa para o sistema jurídico brasileiro e para o estado democrático de direito. Isso em decorrência de as características do inquérito policial serem estruturas sistemáticas que devem cumprir os direitos fundamentais do cidadão (SILVA; GONÇALVES, 2020).

Além disso, este capítulo apresenta os principais elementos teóricos e metodológicos necessários para uma pesquisa científica robusta, como o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos gerais, os objetivos específicos, a justificativa e a metodologia aplicada ao estudo, todos apresentados nos parágrafos anteriores desta resenha.

Na parte de resultados e discussões, o inquérito policial é conceituado e são apresentados os aspectos iniciais sobre a necessidade de observância da presunção de inocência por meio da aplicabilidade do contraditório e da ampla defesa, todos direitos fundamentais constitucionalmente previstos. Os autores citam penalistas fundamentais para o entendimento e a robustez do referencial teórico: Luigi Ferrajoli e Julio Fabbrini Mirabete. De acordo com Ferrajoli (1997, apud LOPES JÚNIOR, 2014), pela observância do pressuposto de Presunção de Inocência, o suspeito não pode ser presumido como culpado para evitar que inocentes sejam condenados por crimes que não cometeram. Tal presunção deve ser respeitada e estritamente observada.

Ademais, referenciar as investigações da Operação Lava Jato, agrega bastante ao conteúdo do trabalho, pois é uma operação paradigmática nos atuais estudos sobre inquérito policial conforme o material de análise apresentado aos doutrinadores no desdobramento de suas ações, principalmente na construção de regras que precisam ser analisadas pelo magistrado quando determinar um mandado de busca e apreensão (NETTO, 2016).

Nas considerações finais, os autores apresentam suas conclusões acerca do tema desenvolvido. Apresentaram um panorama sistematicamente estratégico para um estudo mais dinâmico da Presunção de Inocência. Concluem que para garantir o

contraditório e o amplo direito de defesa é necessário estabelecer uma construção lógica de posicionamento de acordo com a Constituição Federal Brasileira (SILVA; GONÇALVES, 2020, p. 45).

Ante ao exposto, é possível verificar que esse tema é importante para a comunidade acadêmica e bastante discutido entre os doutrinadores, pois não há consenso sobre a aplicação plena do contraditório e da ampla defesa no curso do inquérito policial. No entanto, alguns aspectos devem ser pontuados quanto ao conteúdo (LIMA, 2020).

Por meio da apresentação das características basilares do inquérito policial, principalmente em seu aspecto inquisitorial, o trabalho atinge exitosamente a discussão sobre os desdobramentos desses direitos fundamentais constitucionais no inquérito policial. É inegável que os autores alcançam com sucesso o objetivo de construir um material bibliográfico para a comunidade acadêmica ao promover o amplo debate acadêmico pretendido.

Referências.

FERRAJOLI, Luigi. **Derecho e Razón. Teoria del garantismo penal**. 2 ed. Madri: Trotta, 1997.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal: Volume Único** (8. Ed). Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal** (11. ed.). São Paulo: Saraiva, 2014.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Primeira Pessoa - Selo da Editora Sextante, 2016.

SILVA, Paulo Ricardo Pereira da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. AS CARACTERÍSTICAS E O DESDOBRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL:

APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 42-46, jul. 2020. ISSN 2674-9912. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/acppds/article/view/223>. Acesso em: 30 ago. 2021.